

Médicos ameaçam parar

CORREIO BRAZILIENSE

hospitais públicos

Se o governo não pagar ainda hoje a primeira parcela dos atrasados conquistados na Justiça por médicos e dentistas da Fundação Hospitalar (FHDF) a categoria pode entrar em greve esta noite. A informação é da presidente do Sindicato dos Médicos, Maria José da Conceição. A Secretaria de Saúde, no entanto, está dependendo da liberação do dinheiro para crédito na conta da FHDF e repasse para a Junta de Conciliação, o que deve ser feito até no máximo segunda-feira, segundo a diretora do Departamento de Recursos Econômicos e Financeiros, Claudete Ribeiro.

De acordo com a ação judicial homologada em 28 de dezembro o prazo para o primeiro pagamento da dívida de Cr\$ 5 bilhões a médicos e dentistas se expira hoje. A primeira parcela dos médicos é de Cr\$ 1,4 bilhão e dos odontologistos Cr\$ 57 milhões. Segundo Maria José caso não haja o repasse do dinheiro, às 19h 30, em assembleia, a categoria deve decidir pela paralisação. Conforme decisão da Justiça está previsto ainda o pagamento de 67,98 por cento de reajuste sobre os salários de janeiro, que incididos sobre os 81 por cento concedidos pelo governo perfaz um aumento total de 204 por cento. O secretário de Saúde, Jofran Frejat, esclarece que a extensão deste aumento para outros funcionários da FHDF ainda está em estudos.

Além destes pagamentos o novo secretário de Saúde pode se preparar para negociar outras reivindicações da categoria. Hoje às 16h o Sindicato dos Médicos apresenta a Frejat uma pauta com quatro itens: 448 por cento de reajuste salarial até a data-base de janeiro para todos os funcionários da rede de saúde pública; reformulação da Lei 7.711; que rege os servidores do GDF e com a qual não concordam; e manutenção dos acordos coletivos de trabalho. Segundo o sindicato, as perdas salariais dos servidores em 1990 somou mil 795 por cento, enquanto foi concedido apenas 851 por cento de aumento.

Sindicato quer opinar

A criação de um Conselho de Saúde com representantes dos trabalhadores, dos usuários e do governo para definir a política do setor é a principal proposta a ser apresentada hoje pelo Sindicato dos Médicos ao secretário Jofran Frejat. Como forma de democratizar o acesso aos serviços da rede pública o Sindicato propõe ainda a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) estabelecido pela própria Constituição. O SUS prevê um sistema integrado de saúde em todas as unidades hospitalares que atenda à população de um modo geral.

Segundo a presidente do Sindicato dos Médicos, Maria José da Conceição, em março será realizado um Fórum da categoria de onde sairá um projeto amplo de saúde com propostas para a Lei Orgânica do DF. Os médicos não concordam com a construção de cinco hospitais, conforme anunciado pelo governo, antes de ampliação e reformulação das unidades hospitalares já existentes. Para Maria José, "a importância do Conselho de Saúde é impedir projetos mirabolantes como esse e auxiliar o governo na definição de prioridades para o setor".

Na sua opinião a assistência médica na região "já chegou ao 'fundo do poço'" e, por isso, será preciso que o novo secretário mantenha uma postura aberta para o diálogo acerca da atual situação. Em todas as unidades de saúde do DF há falta de recursos humanos e materiais. O quadro de médicos da FHDF tem hoje 2 mil 780 pessoas enquanto a necessidade é de pelo menos 3 mil 500. Para ser cumprido o estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) seria preciso três vezes mais o atual número de enfermeiros, que é de 900.